

MEMÓRIA DA 11ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ BILLINGS TAMANDUATEÍ - SCBH-BT GESTÃO 2023-2025		
DATA: 12/07/2024	HORÁRIO: 14H00	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA – SCBH-BT		
Entidade	Nome	
DAEE	Fabrício Cesar Gomes	
MDV	Virgílio Alcides de Faria	
IAB	Leonardo Musumeci	
USCS	Marta Angela Marcondes	
PM de São Bernardo do Campo	Sergio Marçom	
CONVIDADOS		
Entidade	Nome	
FABHAT/ Secretaria Executiva	Ana Sedlacek	
PM de Diadema	Donisete	
Comissão de Meio Ambiente da OAB	Valéria Rei	
Ministério Público	Marília Gabriela Ahualli Steinberg	
SABESP	Rodrigo Ferraz	
UNIFESP	Cristina Nordi	
MDV	José Soares	
UNIFESP Diadema	Carla Duarte	
PM de Diadema	Sirlei Batida	
UFABC	Ricardo Taniwaki	
Arquiteta	Marcia Benedetti	
Moradora do pós balsa	Raimunda Batista	
Vigilância em Saúde Ambiental de Diadema	Dediane Carneiro	
USP	Luis Schiesari	

ASSUNTOS TRATADOS:

AGENDA POSITIVA 100 ANOS DA BILLINGS

Virgílio iniciou a reunião às 14h10 e agradeceu a participação de todos.

Comentou brevemente que no evento dos 99 anos da Billings foi proposta a criação de uma agenda positiva para os 100 anos, cujo objetivo dentre outros objetivos, “assegurar e potencializar a função da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings como produtora de água para a Região Metropolitana de São Paulo, garantindo sua qualidade e quantidade” (inciso II, Artigo 3º, Lei Estadual nº 13.579/2009). Essa agenda traz a proximidade com as universidades, não só do ABC mas como do estado de São Paulo como um todo e que no momento está contando com 12. Esclareceu que é de suma importância ter o apoio técnico e científico das

universidades para essa agenda. Outro intuito da agenda é fortalecer o Grupo de Fiscalização Integrada e também o Ministério Público.

Comentou que recentemente esteve com o MP de Santo André afim de alinhar para que a legislação não fique apenas no papel e sim, se valer na íntegra, como se deve, para que ao chegar aos 100 anos, a represa não esteja pior do que está atualmente. Além disso a Lei Específica da Billings completa 15 anos. Ou seja, tudo aquilo que foi degradado por décadas, verificar o que é possível se ser feito para remediar e mitigar todos esses impactos. Na lei específica da Billings menciona que as águas da Billings são de classe 1 e 2 e que nem esgoto tratado poderia ser lançado, ou se tratado, que atenda os padrões de classe 2 e isso não está acontecendo. Então se faz necessário unir as universidades para elaboração de documento e mostrar para a sociedade afim que se tenha outro olhar e principalmente que se faça valer a legislação.

Carla (UNIFESP) apresentou uma nota técnica elaborada pelas universidades contendo contribuições para a recuperação da qualidade ambiental na área de proteção e recuperação dos mananciais da bacia hidrográfica do reservatório Billings. Essa nota é composta de 5 capítulos sendo: 1) Qualidade da Água; 2) Solos e Fitorremediação; 3) Clima, tendências, balanço hídrico e cenários futuros; 4) Assentamentos nas margens da Billings; e 5) Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental. Os capítulos foram escritos por universidades diferentes. No quesito qualidade da água, foi informado que há diversos córregos que estão poluídos e que deságuam na represa Billings, como o Grota Funda, por exemplo. Virgílio comentou que a SABESP tem feito alguns projetos aos arredores desse córrego e que seria importante apresentar quais são esses projetos e quais os resultados que estão sendo obtidos.

Maria Gabriela (Promotora do MP) comentou sobre a existência de duas ações civis públicas na região da Billings, onde uma dela é em relação a hidrovia, ou seja, a construção dos atracadouros que ainda não está oficializada, mas que será em breve devido a poluição que os barcos já estão causando nas águas da Billings. Os atracadouros estão sendo feitos sem o licenciamento. A SP Trans para obtenção do licenciamento omitiu a existência de um aterro sendo que o mesmo aparece nas filmagens feitas pelo CAEX. Outra ação é a duplicação da estrada do Alvarenga com a construção de um aterro de 9000 m² na área da Billings sem o devido licenciamento, que foi dispensado pela Defesa Civil e que está sendo judicializado.

Rodrigo Ferraz (SABESP) comentou que levará o assunto para a Diretoria da SABESP afim que a mesma possa apresentar informações sobre as ações em andamento e concluídas para a proteção e recuperação ambiental da bacia da Billings.

Virgílio pontuou que as mesmas informações devem ser apresentadas pela Prefeitura de São Paulo também.

A reunião finalizou às 16h35